



Formulário

Relatório de Viagem em Missão Oficial Internacional

IDENTIFICAÇÃO DO PARLAMENTAR

Nome: Elvino José Bohn Gass	Ponto: D_57499
E-mail: dep.bohngass	Telefone: (32) 1558-73
Partido: PT / RS	Gabinete: 873

Identificação do(s) evento(s)

Nome oficial do evento ou o assunto: Tudo começa com a alimentação: ações legislativas para alcançar a segurança alimentar e nutricional

Descrição: O evento foi organizado pelo Senado Espanhol, Universidade de Salamanca e contou com o apoio da FAO, Frentes Parlamentares contra a Fome, Agência Espanhola Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Mesoamérica sem Fome, Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Secretaria Geral Ibero-Americana e outras entidades.

Cidade(s):

Cidade	País
Madri	Espanha
Salamanca	Espanha

Trecho(s):

Cidade Origem	Cidade Destino	Data	Tipo transporte
Porto Alegre	Rio de Janeiro	17/05/2025	Avião
Rio de Janeiro	Madri	17/05/2025	Avião
Madri	São Paulo	22/05/2025	Avião
São Paulo	Porto Alegre	23/05/2025	Avião

Atividades Realizadas:

Data	Descrição
19/05/2025	No dia 19 de maio de 2025, participei da visita institucional no Senado (Câmara Alta), situado em Madri/ES. Também houve uma recepção da Comissão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, do Senado espanhol, cujo presidente é o Senador Gonzalo Robles. Essa Comissão do Senado espanhol faz articulação com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam observados e alcançados, principalmente no que diz respeito ao combate à fome, a gênero e a questão ambiental e climática. Depois dessa atividade no Senado Espanhol, em Madri/ES, foi efetuado deslocamento para Salamanca/ES. Em Salamanca, na noite de 19/05, houve recepção na Prefeitura, em que o prefeito Carlos García Carbayo destacou a importância histórica de Salamanca e de sua universidade, que é uma das mais antigas do mundo, com mais de 800 anos de história, recebendo anualmente milhares de estudantes de todos os continentes.
20/05/2025	No dia 20 de maio de 2025 começaram os painéis. Inicialmente houve boas-vindas aos participantes. No painel de abertura estiveram presentes o Reitor da Universidade de Salamanca, o Presidente da Comissão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Senado da Espanha, senador Gonzalo Robles; a Deputada e coordenadora da Frente Parlamentar contra a Fome e representante da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e



Documento assinado por:

04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR

Caribenha pela Segurança Alimentar para Todos e Todas, deputada Sonia Rojas; a representante da FAO para América Latina e Caribe, Daniela Godoy, e outras autoridades. Em síntese, todos destacaram a importância de se promover ações contra a fome, com inserção das mulheres e respeito ao meio ambiente, pois são questões que não podem ser dissociadas uma vez que estão interligadas e devem ser observadas para que se tenha uma política completa. Em situações de fome, homens e mulheres são afetados de maneira diferenciada. A fome afeta de maneira mais severa mulheres e crianças, uma vez que recai sobre elas a maior parte do cuidado dos filhos. Outro ponto ressaltado no painel também foi relacionado à qualidade dos alimentos, porque não é suficiente combater a fome, é preciso que as pessoas tenham acesso à qualidade alimentar e nutricional em quantidade suficiente. Outro tema ressaltado foi relacionado à questão da má-alimentação e a obesidade e também a questão do desperdício de alimentos. Por tais motivos, é necessário ter ações e uma rede integrada em todos os países. O Painel 1 foi sobre as "Contribuições da Ibero-América e do Caribe para a Luta contra a Fome e a Má-nutrição". Esse painel contou com moderação da Diretora de Cooperação Setorial, Europeia e Multilateral da AECID, Mónica Corrales Rodríguez. Participou dessa atividade o Ministro Wellington Dias, por vídeo-conferência, além de representantes da Diretoria Executiva da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e representante da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar para Todos e Todas. O combate a fome é um ato de justiça. Não ter alimentos é uma das maiores injustiças. Justiça se faz se há políticas públicas que dão oportunidade de todos terem garantia dos seus direitos à alimentação, à moradia digna, à educação, à saúde. É preciso que tenha sociedades inclusivas. Neste aspecto, diversos parlamentares presentes vieram conversar comigo sobre a experiência brasileira, relatada pelo Ministro Wellington Dias, o que possibilitou uma importante troca de experiências. A senadora Sonia Rojas, coordenadora das Frentes Parlamentares contra a Fome, referiu que "não existe futuro sem o Estado comprometido com o seu povo" e que "deve-se colocar o direito à alimentação no cerne das políticas públicas". O Painel 2 tratou das "Contribuições da Ação Parlamentar nos Processos Democráticos na Luta Contra a Fome e a Má Nutrição". Esse painel foi coordenado pelo Senador Gonzalo Robles. Teve apresentação de experiências legislativas bem-sucedidas, sendo que o deputado Padre João, coordenador da Frente Parlamentar contra a Fome foi um dos participantes que relatou as ações dessa Frente brasileira no combate à fome; a Senadora Ana Lilia Rivera falou sobre o processo de aprovação da lei mexicana denominada Lei Geral de Alimentação Adequada e Sustentável. O deputado Jairo Flores, da Guatemala, falou sobre o processo de aprovação da Lei de Alimentação Escolar. Os participantes ressaltaram que a fome e a pobreza não são nem de direita nem de esquerda, mas afeta as pessoas, ressaltando-se a importância das pessoas como centralidade dessas políticas públicas. É importante ajustar as maiorias parlamentares para conseguir aprovações de medidas legislativas. Dos participantes dos diversos países do dia 20/05, em síntese, pode-se dizer que ficou evidenciado que a questão de a fome é uma injustiça que fere o direito mais básico, o direito à vida. É preciso reconhecer a alimentação como um direito humano, respeitar os saberes históricos de quem produz alimentos. Além disso, são necessárias políticas públicas. E a participação dos parlamentares na aprovação das legislações pertinentes é fundamental para que se possa avançar no combate à fome e má-nutrição. Afinal, há milhões de pessoas esperando políticas públicas que as vejam e uma lei que as protejam. A fome não pode esperar e a dignidade não é negociável. Em tempos turbulentos é preciso parlamentares à altura do desafio de lutar para mitigar fome que afeta milhões, cada um com sua bandeira política, unido em prol desse tema em comum. Com a união do conhecimento acadêmico e uma ação política transformadora é possível a superação de desafios no enfrentamento às mudanças climáticas e à fome. Essa cooperação conjunta possibilita alianças que podem trazer resultados concretos aos países, se tiverem objetivos e compromissos.

21/05/2025

No dia 21 de maio de 2025 houve continuidade de discussões e painéis. E houve espaço para debates, após apresentação dos painéis. O painel 3 teve Apresentação do Guia Prático para Incorporar a Perspectiva de Gênero no Trabalho Legislativo para Erradicar a Fome e a Má Nutrição. A moderadora deste painel foi a professora da Universidade de Santiago de Compostela e integrante da ODA-ES, professora Amparo Novo. Participaram dessa mesa a senadora Blanca Ovelar, do Paraguai, e a senadora Elena Diego, Coordenadora da Aliança Parlamentar pelo Direito à Alimentação da Espanha, que trouxeram elementos políticos relacionados ao tema. Também fizeram parte da mesa representante da FAO especialista em gênero, Claudia Brito, e oficial jurídica da FAO, Manuela Cuvi, apenas trouxeram elementos relativos aos aportes técnicos. Ainda, a Dra. Imaculada Sanchez participou pela Unidade da Igualdade da USAL (Universidade Del Salvador). A moderadora da mesa citou Antonio Gutierrez, secretário geral da ONU, sendo deste a citação "a fome no século 21 é injustificável, não podemos responder a estômagos vazios com as mãos vazias e dando as costas". Pontuou que os parlamentos desempenham papel fundamental impulsionando o desenvolvimento sustentável. A senadora Blanca Ovelar salientou que trabalhar de maneira inclusiva é fundamental para se obter avanços. Arguiu que a promoção da segurança alimentar deve ser feita de forma central em todo o planeta. Ela trouxe para o debate os desafios causados pelas mudanças climáticas na produção de alimentos e no empobrecimento dos solos que afeta os



Documento assinado por:

04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR

camponeses, tudo dentro de um contexto que deve ser considerado. Ressaltou que a cada 11 minutos morre uma pessoa de fome no planeta e isso é um desafio doloroso que deve ser enfrentado. Argumentou que não basta apenas produzir alimentos, mas que esses alimentos devem ser acessíveis a todas as pessoas. Outro dado trazido pela senadora é que das 43 milhões de pessoas no continente que passam fome, a maioria delas são mulheres, e que 1 em cada 10 crianças, com menos de 5 anos de idade, vive com desnutrição crônica. Outro ponto que ela referiu foi relacionado ao sobrepeso decorrente da má nutrição ou nutrição decorrente do consumo de alimentos calóricos de má qualidade nutricional. Mencionou que são as mulheres rurais que realizam 50% da produção agrícola e são consideradas as responsáveis pela alimentação de suas famílias e a maioria delas não consegue exercer seus direitos sobre os bens produzidos e enfrentam diversas limitações que persistem, como o acesso à insumos, à tecnologias digitais e outras; suas funções são consideradas secundárias e exercidas em piores condições laborais do que os homens, em condições mais precárias. Além disso, as mulheres exercem trabalhos domésticos e de cuidados que não são remunerados o que gera sobrecarga e aprofunda as desigualdades. A senadora boliviana Laura Párraga, coordenadora executiva adjunta da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e no Caribe, auxiliou na criação de alianças legislativas para avançar no cumprimento do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável). Ela falou sobre as mudanças climáticas e as questões de gênero. Referiu que no México será feito o terceiro congresso sobre o tema da fome. Salientou a importância da inclusão do enfoque de gênero nos trabalhos legislativos para mitigar a fome. Fez um apelo aos parlamentares para que atuassem nessa tarefa de reduzir a fome, criando leis a favor da segurança alimentar, sendo que para além de leis, é preciso disponibilização de recursos econômicos. Frisou a importância de atuação de forma cooperativa para que haja avanços. Mencionou a importância de sensibilizar outros legisladores de diferentes frentes parlamentares; de que se tenha análises de gênero na implementação de políticas alimentares; promover o acesso das mulheres a recursos produtivos e garantir a participação ativa das mulheres nos diferentes setores decisórios. A senadora Elena Diego, da Espanha, Coordenadora da Aliança Parlamentar pelo Direito à Alimentação da Espanha, em sua fala frisou que o Guia Prático é uma ferramenta para auxiliar no trabalho legislativo da erradicação da fome, além disso, deve-se ter um relatório de impacto, uma forma de avaliar e mensurar os avanços, sendo que esse relatório também deve considerar a dimensão de gênero, a qual não deve aparecer diluída em dados gerais apenas, afinal, as leis também tem impactos sobre as mulheres. Com relação ao Guia Prático a Aliança Espanhola aprovou decisão na Comissão de Cooperação, que houvesse essa análise de gênero nos objetivos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 5 (Igualdade de Gênero) fosse alcançada. Demonstrou a sua preocupação com relação a retrocessos na igualdade de direitos das mulheres, diante de turbulências políticas. Disse que “a fome tem cara de mulher e os dados comprovam isso”, além disso, “muitas mães, mulheres e filhas estão vendo os seus filhos morrendo de fome porque a fome está sendo usada como arma de guerra”, “a fome não pode ser uma arma de guerra”. A representante da FAO, Claudia Brito, em sua fala indicou a contradição das regiões da América Latina e Caribe, era vivida pelas mulheres produtoras rurais, porque ao mesmo tempo que elas produzem alimentos agroecológicos, orgânicos, são elas que vivem e padecem a feminilização da fome, a desnutrição, a pobreza e a crise de cuidados, provocadas pelas desigualdades estruturais. Salientou que enfrentam problemas no acesso limitado à terra, ao crédito de serviço, à espaços onde são decididas as políticas públicas. Enfatizou que o Guia Prático fornecia ao parlamentos uma ferramenta concreta para atuar com sensibilidade sobre questões de gênero que afetam principalmente as mulheres. Aduziu que “o objetivo é que a alimentação seja um direito humano de todas as pessoas” e “que não sejam as mulheres que padeçam de fome na nossa região”. Ainda, “é preciso que os países tenham um orçamento específico para o desenvolvimento social das populações que sofrem com a desigualdade”. Relatou que alguns países da América Latina possuem legislação de segurança alimentar que incluem a abordagem de gênero. Mencionou que a COP 30 será realizada no Brasil e será um importante espaço para discussão de leis que se relacionam ao meio ambiente, agricultura, mulheres indígenas, afrodescendentes e outras. A FAO espera criar um roteiro para que se tenha avanços contínuos. Manuela Cuvi, oficial jurídica da FAO, referiu que a abordagem de gênero é um direito humano para a construção de sociedades mais justas que gera um bem para toda a sociedade. Os parlamentares devem ter compromisso político. Uma das ações é de avaliação dos marcos legais de cada país e dos orçamentos existentes. Deve-se usar termos como “pessoas” em vez de “homens” pois o termo “pessoas” é inclusivo. Propôs três passos, sendo o primeiro de elaboração de pesquisa e diagnóstico das legislações dos países; o segundo, ter leis estruturais que incluam os objetivos de desenvolvimento sustentável com ações específicas para o combate à fome; terceiro, mecanismos de acompanhamento e avaliação. A diretora da Igualdade da USAL, Dra. Inmaculada Sánchez, ponderou que os objetivos do ODS, como educação, saúde, bem-estar, água potável, energia acessível, trabalho decente, erradicação da pobreza estão de alguma forma relacionados com o objetivo ODS 2, que é Fome Zero e Agricultura Sustentável. O Guia Prático faz uma relação entre o ODS 2 e o ODS 5. “A igualdade entre homens e mulheres é fundamental”. Toda sociedade deve se engajar no combate à Fome. Os parlamentares devem colocar os objetivos do ODS na agenda pública, principalmente os



Documento assinado por:

04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR

ODS 2 e 5 e garantir a sequência das políticas públicas, com alocação orçamentária de forma que haja impacto real no sentido de se promover avanços significativos e eliminar barreiras sistêmicas. "A integração igualdade de gênero é uma estratégia indispensável para se alcançar a prosperidade e bem-estar de todas as pessoas do mundo, mais especificamente, da América Latina e Caribe". Em resumo, as mulheres rurais tem um papel central na garantia da segurança alimentar e nutricional, é preciso transversalizar a perspectiva de gênero no trabalho parlamentar orientada à erradicação da fome e da desnutrição. O painel 4A tratou dos "Avanços dos Parlamentos Ibero-americanos em Políticas de Estado para Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional", tendo sido moderado por Alfredo Maye, que é Assessor Técnico Líder para Mesoamérica. Teve a participação da deputada hondurenha Kritza Pérez; da deputada da República Dominicana, Soraya Suarez e do senador Cristóbal Marqués, membro da Aliança Parlamentar Espanhola pelo Direito à Alimentação, e Fernando Arce, parlamentar andino coordenador da Frente Parlamentar do Perú e ex-ministro da Agricultura. A deputada Kritza Pérez enfatizou que garantir o acesso a alimentos é uma urgência ética, política e social dos parlamentares. Disse que "cada lei, cada programa, cada investimento feito pensando no direito à alimentação é uma semente que estamos plantando". Citou exemplos de legislação dos Parlamentos, como a do México, como o regulamento de bebidas com adoçante, a lei escolar de alimentação adequada com a proibição de comidas ultraprocessadas, a lei de rótulos de alimentos, a reforma constitucional com proibição de milho transgênicos, regulamento das gorduras ultraprocessadas; na Guatemala, por exemplo, a lei de alimentação escolar, a lei de agricultura familiar, a lei de prevenção de perdas e desperdício de alimentos que já estão no terceiro debate, a lei de promoção de alimentação saudável que inclui o rótulo na frente de embalagens de alimentos; na Costa Rica com o projeto lei quadro, com alimentação e segurança alimentar e nutricional; em Honduras, governo da primeira mulher presidente, diversas estratégias foram adotadas para combater a insegurança alimentar, como o programa nacional de alimentação escolar para beneficiar mais de 1,3 milhões de estudantes em mais de 20 mil escolas, com investimento de mais de 38 milhões de dólares na distribuição de alimentos nutritivos; fortalecimento da infraestrutura escolar de cozinhas e lanchonetes escolares; bônus tecnológico produtivo alocado para apoiar pequenos produtores em alimentos essenciais como arroz, milho e feijão; rede solidária com abordagem às comunidades mais vulneráveis, dentre outros. A deputada explicou a disputa narrativa contrária à política pública que envolveu a mudança de legislação relativa aos rótulos nutricionais nas embalagens de produtos industrializados feita pelo lobby das grandes indústrias. Também trouxe à pauta as doenças e problemas causados pela carência nutricional e por alimentos calóricos que são pobres nutricionalmente que atingem parte da população, sendo que muitas mortes estão relacionadas ao consumo de nutrientes críticos. Enfatizou a importância de se ter dados nos rótulos que sejam compreensíveis pela população, motivo pelo qual deve haver educação alimentar para que as pessoas possam fazer as melhores escolhas. A deputada da República Dominicana, Soraya Suarez, referiu que uma boa saúde começa com a alimentação. As novas guerras estão vinculadas à fome e o acesso à água. Enfocou também as mudanças climáticas e enchentes que ameaçam a agricultura. A experiência em seu país houve implementação da lei escolar de alimentação. Falou que os empresários colocam obstáculos, mas podem ser aliados, de forma que em seu país sentaram todos à mesa de negociação para conseguir elaborar e aprovar uma proposta de lei a fim de superar problemas. Possuem instituições de apoio para que não falte alimentos para as crianças nos finais de semana; possuem cozinhas econômicas que distribuem alimentos de graça para aqueles que não possuem comida e sofrem com a fome. Salientou que a microeconomia não chega aos mais vulneráveis. Conseguiram reduzir de 8,6 para 4,2 o índice de fome na República Dominicana com as políticas públicas adotadas. O senador Cristóbal Marqués destacou o papel do Senado espanhol na questão da aprovação das leis, sendo também um espaço para o diálogo. Frisou que em seu país a cooperação é vista como uma Política de Estado. A Lei Espanhola do Plano Diretor para a Cooperação, aprovada em 2023 foi muito importante e aprovada praticamente por unanimidade, embora não tenha sido fácil, por causa do ruído político, mas foi possível conseguir os acordos que superaram as divergências partidárias. O parlamentar andino Fernando Arce frisou a importância desse encontro por reunir lideranças parlamentares globais. Falou que em seu país foi criado o Observatório Nacional para o Acompanhamento e Avaliação das Políticas Públicas. Mencionou que durante a pandemia os agricultores foram verdadeiros heróis pois permitiram preservar a alimentação. Hoje estão expostos a vulnerabilidades. Destacou que no seu país fazem a proteção de sementes nativas para um uso sustentável. Citou como exemplo que no Peru estima-se que haja mais de 4 mil espécies de batatas, que é um tubérculo importante para a alimentação por seu alto valor nutricional e composição de vitaminas e fibras. Falou sobre peixes e políticas pescas. Citou que a agenda do país está atenta aos ODS 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-estar), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 6 (Água Potável). Terminou a sua fala refletindo sobre a importância da preservação da água para manutenção da vida. O painel 4B foi relacionado aos "Avanços a partir dos instrumentos regionais e globais para garantir a segurança alimentar e nutricional", cuja coordenadora foi Teresa Gonzalez Montero, coordenadora do projeto EU4SUN, financiado pela União Europeia, além de ser professora. Também participaram o deputado do Mercosul e presidente da Frente



Documento assinado por:

04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR

Parlamentar Contra a Fome, Matías Sotomayor, integrante do Parlasul; representante da Câmara de Porto-Rico, Cariso Mendéz Núñez; deputada chilena Carolina Marzán, representante do Movimento Scaling Up Nutrition, Francisca Gómez, e, Jean-Leonard Touadi, coordenador especial da FAO para Redes Parlamentares. Em sua fala o deputado Matías Sotomayor fez referência ao meu trabalho parlamentar junto ao Parlasul para aprovação da Declaração Contra e a Pobreza e Adesão dos Parlamentos à Aliança Global contra a Fome. Apresentou vídeo do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, e sua luta contra a fome, sendo que falou sobre os desafios do plantio direto na agricultura, a questão das águas e irrigações, a atuação dos mercados, a presença estatal em pesquisas e a implantação de bens públicos que ajudem na comercialização, os trabalhos legislativos que contribuem para que se alcance os objetivos. Falou sobre a Frente Parlamentar contra Fome junto ao Parlasul e sobre o plano de trabalho aprovado. Frisou a importância da participação ativa da sociedade civil. Enfatizou a participação dos jovens nas políticas públicas. O deputado portorriquenho Carlos Méndez Núñez, presidente da Câmara dos Representantes do seu país, também vice-presidente pro tempore do FOPREL (Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e do Caribe), referiu que o plano institucional do FOPREL de 2022-2027 prevê o direito a uma alimentação adequada foi estabelecido como um direito primordial. O FOPREL, a partir dessa abordagem, fortaleceu o seu compromisso com uma abordagem relacionada à segurança alimentar e nutricional, incorporando transversalmente princípios fundamentais como o direito à alimentação, participação, não discriminação, transparência e dignidade humana no trabalho legislativo regional. Destacou o acesso à água potável, o direito das mulheres migrantes e a alimentação escolar, em que a alimentação é eixo estruturante. Esse plano de trabalho do FOPREL reafirma o compromisso de mais de 20 anos de trabalho com a agenda de segurança nutricional. Falou também sobre a aprovação da implementação de observatório de segurança alimentar, como ferramenta de monitoramento dos acordos construídos. O Instituto Legislativo do FOPREL está fazendo estudo sobre a necessidade de atualização de legislações, sendo que este trabalho será desenvolvido paulatinamente, buscando reativar o papel do FOPREL. Citou que o banco de alimentos de Porto Rico distribuiu mais de 20 toneladas de alimentos. A moderadora destacou as ferramentas utilizadas, como as Leis Quadro, Planos Estratégicos, Trabalho em Alianças Parlamentares, integração de Frentes Parlamentares, dentre outros. A deputada chilena Carolina Marzán falou sobre “insistencialismo” no sentido de que se insista para que se tenham avanços concretos com relação à fome e desnutrição. Essa parlamentar falou sobre a II Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição e sobre a importância da maior alocação de recursos nesse tema. Disse que no final de 2026 a III Cúpula será na África. Falou sobre seu projeto de lei relativo aos desperdícios alimentares. “todos aqueles que lutam pela boa alimentação podem ter certeza que de diferentes lugares do planeta existem colmeias trabalhando pelo mesmo propósito”. A representante do movimento SUN explicou que esse movimento busca trazer a nutrição como elemento central, para tanto são mobilizados diversos atores sociais. Mencionou que a N4G (Nutrição para o desenvolvimento - Nutrition for Growth), a década de nutrição foi estendida pela ONU até 2030, que também prevê a accountability. Falou que a abordagem de gênero é fundamental e essencial. Falou que a Cúpula de Sistemas Alimentares será celebrada na Etiópia; haverá também a Cúpula de Sevilha para o Desenvolvimento de Alto Nível, e também a COP 30 que será no Brasil. Portanto, percebe-se compromissos em espaços globais. O representante da FAO para Redes Parlamentares, Jean-Leonard Touadi falou que a atuação dos parlamentares não é só a legislação, mas é também uma responsabilidade, um compromisso para que se possa avançar nos cenários políticos. Mencionou que a FAO atua promovendo redes parlamentares; o desenvolvimento de instrumentos de conhecimento global, organizando encontros para o desenvolvimento; promove e apoia a criação de iniciativas legislativas e fomenta a colaboração, a sensibilização e a ação parlamentar através de espaços de diálogo global, como as frentes parlamentares e cúpulas parlamentares na luta contra a fome. Destacou que a FAO promoveu colaboração com redes parlamentares da África, com o lançamento da Lei Modelo de Parlamento Pan-Africano sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Cooperativas, do ano de 2024; a resolução e processo sobre agroecologia como prioridade regional na África Central, no ano de 2024; diálogos com o parlamento regional para a transformação de sistemas agroalimentares na Europa e na Ásia Central; o Foro Parlamentar Sur-Sur ocorrido em Rabat (Marrocos) e a Aliança com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e dos países do Golfo. Citou avanços que ocorreram na América Latina que devem ser conhecidas por outros países. Referiu que a FAO já começou os trabalhos preparatórios para a Pré-Cúpula em Roma, nos dias 10 e 11 de novembro de 2025 e que juntamente com o Parlamento Pan-Africano organizarão a III Cúpula em maio ou junho de 2026 na África do Sul. O painel 5 foi sobre as “Contribuições da Área técnico-acadêmica para o Trabalho Parlamentar na Ibero-América e no Caribe em Matéria de Segurança Alimentar e Nutricional” foi coordenado pelo professor Dr. José Ramón Alonso. Participarem desse painel o professor Miguel Angel Martín, professor da Universidade de Sevilha, a assessora parlamentar da Assembleia de Portugal, Sara Pereira, o Diretor do Monitor de Mudanças Climáticas, Dr. José Abel Flores, e o responsável pela Incidência Política da Coordenação de Organizações para o Desenvolvimento, Arturo Ángulo Urarte. Os palestrantes falaram sobre a importância dos estudos acadêmicos relacionados ao tema. Miguel Ángel Martín falou do trabalho de pesquisas



Documento assinado por:

04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS

Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR

	desenvolvido com alianças parlamentares e instituições públicas. Sara Pereira explicou os trabalhos da Comissão de Agricultura e Pesca de Portugal e falou sobre a Aliança Portuguesa na erradicação da fome onde assinaram uma declaração com essa finalidade. Arturo Ângulo Urarte falou sobre a Aliança para o Direito à Alimentação e a participação da sociedade civil nessa luta contra a desnutrição. Uma parte do desafio é como colocar em funcionamento e operacionalizar as medidas. Pontuou que em alguns países há deslegitimação da sociedade civil, o que é algo preocupante, mas faz parte da democracia. O Dr. José Abel Flores disse que é importante utilizar as ciências sociais e a transversalidade dos conhecimentos. É importante que haja conexão entre os parlamentos e os conhecimentos científicos, por isso é necessário realizar um esforço para que essas áreas sejam integradas.
22/05/2025	No dia 22 na parte da manhã participei de reunião de trabalho. Também realizei conversas paralelas com alguns dos participantes do evento, para maior troca de experiências. Falei das políticas públicas brasileiras sobre o Pronaf, sobre o PAA, sobre o Programa de Organização Produtiva das Mulheres que está vinculado ao MDA e a importância da formação de estoques, como é o trabalho feito na Conab brasileira. Também conversei sobre projetos de leis relativos a agrotóxicos e sobre questões fundiárias. Outro ponto que destaquei foi relacionado à Frente Parlamentar das Bacias Hidrográficas, da qual sou coordenador, uma vez que a água é fundamental para que haja produção agrícola. Por último, neste relatório circunstanciado saliento que no evento também houve assinatura da Carta de Compromisso de Salamanca, onde cada parlamentar assumiu o compromisso de trabalhar pautas legislativas para avançar no combate à fome e à desnutrição. No período da tarde do dia 22/05 retornei a Madri. De noite, às 23:15 iniciei o voo de retorno ao Brasil, sendo que cheguei no meu destino final dessa viagem no dia 23/05, em Porto Alegre/RS.

Documentos Anexados:

Informações complementares

1. Orientações processuais:
 - a. Preencher o formulário.
 - b. Assinar eletronicamente o formulário.
 - c. Tramitar o formulário para área designada.
2. Legislação pertinente:
 - a. Ato da mesa nº 35/2003.

Brasília-DF, 04 de junho de 2025.



Documento assinado por:
 04/06/2025 09:05 - Dep. BOHN GASS
 Selo digital de segurança: 2025-NGPY-LJMW-LGAD-BMDR